

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEMOS 2023

O PROTAGONISMO DAS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES NO PROJETO DE DEFESA NACIONAL:
contribuições civis-militares da Era Vargas, de 1930 a 1945, por ocasião da participação do
Brasil na Segunda Guerra Mundial

Rio de Janeiro

2023

CEMOS 2023

O PROTAGONISMO DAS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES NO PROJETO DE DEFESA NACIONAL:
contribuições civis-militares da Era Vargas, de 1930 a 1945, por ocasião da participação do
Brasil na Segunda Guerra Mundial

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Leandro Freitas Ribeiro

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

ASSINATURA PELO GOV.BR

(LOCAL DA CHANCELA)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, sou grata a Deus por ter iluminado o meu caminho, mantendo-me firme diante dos percalços, abençoando-me com saúde e serenidade durante toda a minha jornada até aqui.

À minha família, pelo afeto, presença edificante e incondicional apoio, antes e durante o curso, imprescindíveis para o caminhar perseverante na vida e na MB.

Ao amigo e professor Nielson Rosa Bezerra, pós-Ph.D. em História, pelas sugestões bibliográficas, orientações conceituais precisas e revisão final desta pesquisa.

Ao orientador, CF Freitas, pela disponibilidade, instruções para estruturação, organização e formatação deste trabalho.

Aos amigos do CEMOS 2023, agradeço o convívio agradável, respeitoso e cordial que tivemos ao longo do curso.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar se as ações da alta administração política durante a Era Vargas, entre 1930 e 1945, estiveram em sintonia com a Teoria das Relações entre Civis e Militares, no intuito de impactar o desenvolvimento de um projeto de defesa nacional. A relevância do tema reside na oportunidade de contribuir para a compreensão das relações entre civis e militares, assim como para a percepção das alterações ocorridas ao longo de uma situação de elevada complexidade. Para alcançar este objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, adotando-se uma metodologia descritiva e analítica, focada na análise das relações entre os civis, o Estado e os militares, durante a Era Vargas, por ocasião da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (IIGM). A pesquisa apoiou-se na aplicação da Teoria das Relações Civis-Militares, de Samuel Huntington (1927-2008) e Morris Janowitz (1919-1988), que estabelecem as formas de controle civil sobre o aparato militar. Foram utilizadas as definições de cada teórico para analisar com maior precisão as relações. Após interrelacionar a teoria com a realidade do contexto temporal da Era Vargas, concluiu-se que a alta administração do governo Vargas não realizou um controle civil objetivo sobre seus militares, portanto, sem o alinhamento defendido pela Teoria das Relações entre Civis e Militares, impactando, assim, o desenvolvimento de um projeto de defesa nacional, o que contribuiu para a controversa participação brasileira na IIGM (1939-1945).

Palavras-chave: Relações Civis-Militares. Samuel Huntington. Morris Janowitz. Profissionalização militar. Era Vargas. Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT

The purpose of the research is to analyze whether the actions of senior political administration during the Vargas Era, between 1930 and 1945, were in tune with the Theory of Civil-Military Relations, in order to impact the development of a national defense project. The relevance of the theme lies in the opportunity to contribute to the understanding of the relations between civilians and the military, as well as to the perception of the changes that have occurred throughout a situation of high complexity. To achieve this objective, a bibliographic research was carried out, adopting a descriptive and analytical methodology, focused on the analysis of the relations between civilians, the State and the military, during the Vargas Era, on the occasion of Brazil's participation in World War II (WWII). The research was based on the application of the Theory of Civil-Military Relations, by Samuel Huntington (1927-2008) and Morris Janowitz (1919-1988), which establish the forms of civilian control over the military apparatus. The definitions of each theorist were used to analyze the relationships with greater precision. After interrelating the theory with the reality of the temporal context of the Vargas Era, it was concluded that the senior administration of the Vargas government did not carry out an objective civilian control over its military, therefore, without the alignment defended by the Theory of Relations between Civilians and Military, thus impacting the development of a national defense project, which contributed to the controversial Brazilian participation in the WWII (1939-1945).

Keywords: Civil-Military Relations. Samuel Huntington. Morris Janowitz. Military professionalization. Vargas Era. World War II.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CDN - Conselho de Defesa Nacional
- CSN - Conselho de Segurança Nacional
- CSSN - Conselho Superior de Segurança Nacional
- CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
- DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
- FAB - Força Aérea Brasileira
- FA - Forças Armadas
- FEB - Força Expedicionária Brasileira
- ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica
- IIGM - Segunda Guerra Mundial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2	RELEVÂNCIA DO OBJETO DE PESQUISA.....	10
1.3	METODOLOGIA DE PESQUISA	11
2	AS TEORIAS DAS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES	12
2.1	O SOLDADO PROFISSIONAL DE HUNTINGTON.....	12
2.2	A NORMALIDADE INSTITUCIONAL DE JANOWITZ	16
2.3	AS LIMITAÇÕES DAS TEORIAS	20
3.	A ERA VARGAS DE 1930 A 1945	22
3.1	AS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES	22
3.1.1	Instabilidades políticas e econômicas	23
3.1.2	Instabilidades civis e militares	25
3.2	PROJETO DE DEFESA NACIONAL NA ERA VARGAS	26
3.2.1	Formação e Profissionalização do Militar.....	27
3.2.2	Ministérios da Guerra e da Defesa e Conselhos de Segurança	29
3.3	PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	31
3.3.1	A atuação das Forças Armadas	32
3.3.2	A controversa participação brasileira	34
4	RELAÇÃO CIVIL-MILITAR DA ERA VARGAS À LUZ DAS TEORIAS	37
4.1	ADERÊNCIA ÀS TEORIAS DE HUNTINGTON	37
4.2	ADERÊNCIA ÀS TEORIAS DE JANOWITZ.....	39
4.3	RELAÇÃO DAS TEORIAS COM A DEFESA NACIONAL DA ERA VARGAS.....	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	45
	APÊNDICE	47

1. INTRODUÇÃO

As relações civis-militares são um tema relevante para a compreensão do funcionamento dos Estados, das suas instituições políticas e das Forças Armadas (FA), por isso, atualmente, tem sido objeto de pesquisa no campo das Ciências Políticas. O tema aborda a dinâmica entre as instituições civis e militares, suas lógicas de cooperação e conflito para a defesa da soberania nacional e para o desenvolvimento da sociedade.

Teóricos como Charles Moskos, Richard Kohn e Peter Feaver, com obras publicadas, respectivamente, em 1970, 1982 e 2003, oferecem perspectivas sobre como as relações civis-militares devem ser gerenciadas na sociedade.

Moskos (2000) defende que os militares devem estar integrados à sociedade civil e que a institucionalização deve ser vista como um processo dinâmico e em constante evolução. Kohn (1991) afirma que a profissionalização do militar não pode se converter em autonomia e que os militares devem estar sempre subordinados aos civis. Já Feaver (1999) defende que os militares profissionais são mais propensos a defender a democracia, uma vez que são treinados para obedecer às leis e aos regulamentos e estão mais integrados à sociedade civil.

Contudo, a centralidade do debate a respeito da profissionalização militar ocorre ao fim da Segunda Guerra Mundial (IIGM), em 1945, a partir da percepção de que os países precisam lidar com a presença constante dos militares para decisões políticas. Tal debate foi iniciado por Samuel Huntington, com sua obra publicada em 1957 e, três anos após, com a obra de Morris Janowitz.

No Brasil, o ano de 1945 teve como precedente o governo de Getúlio Vargas. Uma figura contraditória, com sua ideologia caudilhista¹ e administração com viés populista, que despertam os mais diferentes julgamentos entre renomados historiadores brasileiros. O elemento fundamental durante todas as fases de seu governo foi a interferência dos militares nos assuntos civis, e vice-versa. Neste sentido, a relação do governo Vargas com as lideranças militares será abordada, a fim de analisar sua contribuição em busca de um projeto nacional de defesa, sobretudo em função da aderência, existente ou não, entre a realidade estudada e o que preconizam os teóricos Samuel Huntington e Morris Janowitz.

¹ Termo oriundo das lutas de independências de antigas colônias espanholas, no continente americano, no início do século XIX, usado, com certo exagero, para indicar lideranças pouco atentas às normas legais e morais.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

No Brasil da década de 1920, o revezamento de presidentes paulistas e mineiros mantinha os privilégios das oligarquias e abria espaço para diversas revoltas e levantes na sociedade. Em 1930, Vargas emergiu ao cenário nacional a partir de um movimento formado por civis e militares insatisfeitos. A partir de então, as relações entre civis e militares tornaram-se tensas, culminando na controversa participação brasileira na IIGM.

Destarte, o problema de pesquisa se coloca, a saber: “As relações civis-militares da Era Vargas, entre 1930 e 1945, contribuíram para o desenvolvimento de um projeto de defesa nacional, por ocasião da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (IIGM)?”. O objetivo principal é analisar como as teorias de Huntington e Janowitz podem auxiliar o entendimento sobre as relações civis-militares da Era Vargas e como estas contribuíram para a construção de um projeto de defesa nacional, diante da presença de militares no desenvolvimento socioeconômico do país.

1.2 RELEVÂNCIA DO OBJETO DE PESQUISA

Considerada uma das obras mais importantes na teoria de relações civis-militares, “O Soldado e o Estado” (*The Soldier and the State*), publicado em 1957 pelo cientista político estadunidense Samuel P. Huntington, apresenta uma análise crítica da influência da doutrina militar no processo de tomada de decisão dos governos democráticos e das tensões entre as esferas civil e militar. Três anos mais tarde, o sociólogo estadunidense Morris Janowitz, na obra “O soldado profissional” (*The professional Soldier*), concentra-se na análise das instituições militares e seu papel nas sociedades em desenvolvimento.

Diante da historiografia brasileira, que atribui um destaque à Era Vargas, devido a sua transformação, à nova identidade nacional assumida no país e ao evento da IIGM, este período, entre 1930 e 1945, será analisado com ênfase na relação entre civis e militares. Isto posto, à luz das referências bibliográficas usadas no presente trabalho, pretende-se analisar se as relações civis-militares da Era Vargas teriam sido um fator de contribuição positivo ou negativo para a construção de um projeto de defesa nacional.

1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este trabalho realizou um desenho de pesquisa que confrontou teoria e realidade, a partir da metodologia de revisão bibliográfica, a qual, segundo Lakatos e Marconi² (2003), consiste em coletar e analisar, na literatura existente, o tema em questão, procurando identificar as contribuições e limitações das teorias encontradas.

Primeiro, foi realizado um levantamento bibliográfico para se identificar leituras relevantes ao tema. De posse das pesquisas e dialogando com os teóricos, foi possível identificar suas principais ideias, quantificado e interpretando conceitos. Por último, foram feitos confrontos conceituais e metodológicos com o contexto temporal escolhido, a fim de apresentar inferências, em consonância com a problematização central da pesquisa.

A despeito de as teorias terem sido escritas após a era Vargas, o escopo será analisar se os fundamentos e conceitos defendidos pelos teóricos podem ser aplicados ao contexto temporal escolhido, analisando-se as consequências disso. Neste escopo, deseja-se abordar se os conceitos das teorias de relações civis-militares de Huntington e Janowitz possuem aderência às relações existentes na era Vargas.

Destarte, este trabalho de pesquisa será apresentado em 5 capítulos. Após o capítulo introdutório, o capítulo seguinte fará uma revisão das teorias das relações civis-militares de Samuel Huntington e Morris Janowitz. No capítulo 3, serão apresentadas as principais características e acontecimentos em torno das relações civis-militares da Era Vargas, de 1930 a 1945. No capítulo 4, a realidade da Era Vargas será confrontada com as teorias de relações civis-militares de Huntington e Janowitz, a fim de refletir sobre como elas poderiam contribuir para a construção de um projeto de defesa nacional na Era Vargas, por ocasião da participação brasileira na IIGM. Por fim, no último capítulo, serão apresentadas as conclusões sobre a pesquisa e recomendações de linhas de investigação futuras.

² Lakatos e Marconi (2003, p. 183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

2 AS TEORIAS DAS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES

Configuram-se como pilares da profissionalização a educação militar, a especificidade do oficialato e comprometimento com o Estado, expresso no poder civil. Esses três pilares são a marca de um ideal militar, elaborado e discutido pelos teóricos Huntington (2003) e Janowitz (1997). Esse tripé, por assim dizer, é central para a compreensão do modelo de profissionalização militar exposto pelos teóricos.

Na continuação, serão enunciadas as principais contribuições de cada teórico pesquisado, a partir da revisão de suas obras, seguida de uma breve exposição de seus principais críticos.

2.1 O SOLDADO PROFISSIONAL DE HUNTINGTON

O cientista político norte-americano Samuel P. Huntington (1927-2008) escreveu sobre a teoria de relações civis-militares em seu livro "*The Soldier and the State*", publicado em 1957. Sua teoria é baseada em três pilares: a legitimidade do poder civil, a profissionalização do militar e a subordinação dos militares ao poder civil.

O primeiro ponto que o autor defende é a preparação do militar vista como uma vocação e que os militares (do corpo de oficiais) devem ser treinados profissionalmente, concentrados na experiência prática e reflexão teórica.

O corpo de oficiais moderno é profissional e o oficial militar é um homem profissional. Esta é, talvez, a tese mais fundamental deste livro. (...) A existência do corpo de oficiais como corpo profissional dá um aspecto singular ao problema moderno das relações civis-militares. (HUNTINGTON, 2003, p. 7, tradução nossa³)

Em paralelo, ele argumenta que o papel e o *status* do militar na sociedade ocidental mudaram ao longo do tempo, passando de guerreiro nobre a profissional especializado. O teórico observa que a função militar é uma preocupação humana universal, mas as

³ No original: "The modern officer corps is a professional body and the modern military officer a professional man. This is, perhaps, the most fundamental thesis of this book. (...) The existence of the officer corps as a professional body gives a unique cast to the modern problem of civil-military relations."

características e expectativas da função militar têm sido moldadas pela cultura e sociedade em que se inserem.

Ao discutir as tendências que põem em risco o status da profissão militar na sociedade ocidental, como o aumento do individualismo e a perda do senso de dever cívico, ele aponta a necessidade de manter o sentido de propósito e a disciplina na instituição militar, pois, por meio disso, um tipo de comunidade dentro da profissão militar é mantido.

O primeiro passo para analisar o caráter profissional do corpo de oficiais moderno é definir o profissionalismo. As características distintivas de uma profissão como um tipo de vocação são sua expertise, responsabilidade e corporativismo. (HUNTINGTON, 2003, p. 8, tradução nossa⁴)

Uma segunda característica enfatizada nas relações civis-militares é a subordinação da autoridade militar às exigências gerais do poder civil, vista por Huntington (2003) como essencial à manutenção da estabilidade política em qualquer sociedade. Ao explorar a ideologia da mente militar e seu impacto na cultura militar, o autor destaca o papel conservador e realista da mente militar e a importância da estabilidade e da segurança da nação. Sobre isso, reconhece que:

As motivações do oficial são o amor técnico por seu ofício e o senso de obrigação social de utilizar seu ofício em benefício da sociedade. A combinação desses impulsos constitui a motivação profissional. (HUNTINGTON, 2003, p. 15, tradução nossa⁵)

Huntington (2003) destaca a importância de se conhecer e compreender a cultura militar para uma melhor gestão das FA e uma efetiva política de defesa. Segundo ele, a cultura militar pode ter um impacto negativo ou positivo nas relações civis-militares. O impacto será negativo se a mentalidade militar se tornar dominante e buscar o poder político em detrimento dos interesses civis. Por outro lado, o desempenho positivo contempla preservar os valores da nação e defender seus interesses contra ameaças externas.

As respostas apresentadas pelo autor para atender o papel dos militares na sociedade são o controle civil objetivo e o controle subjetivo. Neste terceiro ponto analisado,

⁴ No original: "The first step in analyzing the professional Character of the modern officer corps is to define professionalism. The distinguishing characteristics of a profession as a type of vocation are its expertise, responsibility and corporateness."

⁵ No original: "The motivations of the officer are a technical love for his craft and the sense of social obligation to utilize his Craft for the benefit of society. The combination of these drives constitutes professional motivation."

considera-se que controle civil objetivo se refere às instituições, normas e regras que limitam a ação das FA e mantém sua subordinação ao poder civil. Segundo Huntington (2003), esse tipo de controle é exercido por meio de leis, regulamentos e órgãos de fiscalização e controle, como o Congresso e os tribunais.

O papel dos militares na sociedade tem sido frequentemente discutido em termos de “controle civil”. No entanto, este conceito nunca foi satisfatoriamente definido. Presumivelmente, o controle civil tem algo a ver com o poder relativo de grupos civis e militares. (...) Conseqüentemente, o problema básico que define o controle civil é: como pode o poder militar ser minimizado? Em geral, existem duas respostas amplas. (HUNTINGTON, 2003, p. 80, tradução nossa⁶)

Já o controle civil subjetivo refere-se à atitude e à confiança da sociedade civil, dos políticos e da mídia em relação às FA. Para o autor, esse tipo de controle é exercido por meio de uma educação cívica do povo, uma imprensa livre, autônoma e pela existência de lideranças políticas comprometidas com o regime democrático. Deste modo, ele destaca que o controle civil subjetivo é especialmente importante em países em que há uma tradição autoritária, ou onde há histórico de envolvimento das FA em assuntos políticos.

Segundo Huntington (2003), a profissionalização militar é vista como essencial para garantir a eficácia militar, bem como para manter a subordinação das FA ao controle civil. À vista disso, ele define profissionalismo como “a internalização de um *ethos* comum”, a adoção de normas e valores profissionais e uma refinada habilidade técnica.

Um quarto ponto é apresentado: a tensão entre os valores da sociedade liberal e a cultura profissional militar. O autor observa que, embora as sociedades liberais busquem valores como individualidade, descentralização e respeito pelos direitos civis, as exigências militares incluem a centralização, a obediência hierárquica e a prontidão para o sacrifício pessoal em nome do bem comum.

Para o teórico, se a especialidade do profissional militar, o oficial, é a administração da violência, sua responsabilidade é a garantia da segurança militar de seu cliente, que nesse caso, é a sociedade. Este quinto ponto, que trata dessa relação entre especialidade, responsabilidade e corporativismo, é o elemento que amarra a tese do autor, uma vez que

⁶ No original: “The role of the military in Society has been frequently discussed in terms of “civilian control”. Yet this concept has never been satisfactorily defined. Presumably, civilian control has something to do with the relative power of civilian and military groups. (...) Consequently, the basic problem in defining civilian control is: How can military power be minimized? In general, two broad answers exist.”

sustenta a diferença do oficial profissional moderno do oficial antes do século XIX, a quem Huntington (2003) chama de “oficialato mercenário e aristocrático”.

Na última parte da sua obra, o teórico aborda possíveis soluções para as tensões existentes entre civis e militares nos Estados Unidos em meados do século XX. Essas soluções são centradas em termos de um novo equilíbrio entre as esferas civil e militar. De acordo com o autor, os requisitos por segurança nacional devem ser a principal preocupação dos militares e dos civis, e é necessário haver uma cooperação estreita e constante entre esses setores para garantir essa segurança.

Desta forma, neste sexto ponto destacado que versa sobre como alcançar esse novo equilíbrio, Huntington (2003) enuncia que a sociedade precisa de uma nova liderança capaz de perceber e lidar com essas novas demandas. Isso inclui a formação de um novo tipo de comandante, capaz de trabalhar em estreita cooperação com seus colegas civis e de lidar com os desafios que estão por vir, de forma eficaz.

Sobre os soldados, os defensores da ordem, fica a pesada responsabilidade. O maior serviço que podem prestar é permanecer em silêncio e coragem, à maneira militar. Se eles afrontam o espírito militar, eles destroem primeiro a si mesmos e, finalmente, sua nação. Se os civis permitirem que os soldados adiram ao padrão militar, as próprias nações podem eventualmente encontrar redenção e segurança ao fazerem seu próprio estilo militar. (HUNTINGTON, 2003, p. 466, tradução nossa⁷)

À vista disso, considera-se que a teoria de relações civis-militares de Samuel Huntington (2003) se concentra na interação entre o governo civil e as FA, em uma sociedade democrática, abordando questões como o controle civil, a subordinação militar ao governo civil e o papel das FA na política nacional. De acordo com o teórico, uma das principais mudanças que ocorreram nas relações civis-militares ao longo do século XX foi a evolução para o modelo de soldado profissional.

⁷ No original: “Upon the soldiers, the defenders of order, rests a heavy responsibility. The greatest service they can render is to remain in silence and courage in the military way. If they abjure the military spirit, they destroy themselves first and their nation ultimately. If the civilians permit the soldiers to adhere to the military standard, the nations themselves may eventually find redemption and security in making that standard their own.”

2.2 A NORMALIDADE INSTITUCIONAL DE JANOWITZ

O sociólogo norte-americano Morris Janowitz (1919-1988), ao publicar sua obra intitulada "*The Professional Soldier: A Social and Political Portrait*", apresenta um estudo sobre a profissionalização das Forças Armadas (FA) e sua interação com a sociedade civil, complementando, de certa forma, a teoria de Huntington.

Sua análise se inicia com o conceito chave acerca da institucionalização das FA, ao atestar que a profissionalização resultou de uma separação crescente entre a sociedade civil e os militares. A partir daí, segundo ele, as FA passam a ser vistas como uma instituição profissional, especializada, técnica e com menor interferência política.

(...) uma profissão é mais do que um grupo com habilidade especial, adquirida por meio de treinamento intensivo. Um grupo profissional desenvolve um senso de identidade de grupo e um sistema de administração interna. A autogestão – muitas vezes apoiada pela intervenção do Estado – implica o crescimento de um corpo de ética e padrões de desempenho. Samuel Huntington fala de três elementos essenciais no profissionalismo militar: expertise, responsabilidade e corporativismo. "Profissionalização" é um conceito que implica um elemento de comportamento desejável. (JANOWITZ, 1997, p. 6, tradução nossa⁸)

O segundo ponto destacado refere-se ao que o autor apresenta como as cinco hipóteses básicas que norteiam a sua abordagem sobre as habilidades e performance dos profissionais militares. São elas: mudança do papel da elite militar na sociedade; a importância do mérito para a seleção da elite militar; o surgimento de uma cultura militar profissional; a necessidade da educação militar para o desenvolvimento da elite e a importância de manter uma relação saudável e de confiança entre a elite militar e a sociedade.

Dentre as principais ideias sobre a transformação da elite militar e sua relação com a sociedade, Janowitz (1997) ressalta a mudança do papel da elite militar, deixando de ser uma classe trabalhadora e se tornando, cada vez mais, uma classe profissional autônoma. Destacam-se, ainda, a importância do mérito; o surgimento de uma cultura militar profissional; e a relevância de manter-se uma relação saudável e de confiança entre a elite militar e a sociedade.

⁸ No original: "(...) a profession is more than a group with special skill, acquired through intensive training. A professional group develops a sense of group identity and a system of internal administration. Self administration - often supported by the state intervention – implies the growth of a body of ethics and standards of performance. Samuel Huntington speaks of three essential elements in military professionalism: expertise, responsibility and corporateness. "Professionalization" is a concept which implies an element of desirable behaviour."

Ao examinar as formas de ascensão na carreira militar, levando em consideração fatores como a origem social, religião, estrutura familiar, o teórico delinea um terceiro ponto que remete às diferentes origens sociais dos militares e suas implicações na carreira militar. O autor enfatiza que, nas FA, três grupos compõem a maioria dos indivíduos: aqueles provenientes de famílias de militares, da classe média e de origem trabalhadora, apreciando, assim, não apenas o corpo de oficiais.

Esse cenário social funcionou como o equivalente da aristocracia européia no fornecimento do quadro de líderes militares. Até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, esses fatores sociais estavam na raiz das crenças políticas conservadoras dos militares americanos. Eles ajudaram a manter a tradição heróica do lutado diante das crescentes pressões tecnológicas e gerenciais. (JANOWITZ, 1997, p. 100, tradução nossa⁹)

Deste modo, ao sustentar que as FA formam uma comunidade distinta, com suas próprias regras e valores, o autor ressalta que, nessa comunidade, a lealdade, o respeito pela hierarquia e o cumprimento do dever são frequentemente apreciados acima do individualismo e dos valores civis. O autor discute que esses valores e normas são inculcados desde a formação básica, onde o treinamento militar é uma ferramenta para desenvolver a disciplina física e mental, e se prolongam ao longo de toda a carreira militar.

O quarto ponto a ser destacado em sua obra aborda a relação entre militares e a política. Janowitz (1997) esclarece que há dois tipos de comportamentos políticos possíveis na cultura militar: absolutista e pragmático, sendo o primeiro baseado em um conjunto de valores e normas que orientam a lealdade incondicional à instituição militar e a recusa em questionar a autoridade.

Já o comportamento político pragmático, diz o autor, é baseado em uma abordagem mais flexível e adaptável que leva em consideração a realidade política e social. Nessa perspectiva, os militares se envolvem na política como um elemento da sociedade civil, sem perder de vista os valores e normas institucionais.

O próximo ponto enfatizado diz respeito ao que o autor apresenta como requisitos que serão exigidos dos militares no futuro, a saber, requisitos profissionais, intelectuais e o

⁹ No original: "This social setting has operated as the equivalent of the European aristocracy in supplying the cadre of military Leaders. Until the outbreak of World War II, these social factors lay at the root of the conservative political beliefs held by the American military. They helped to maintain the heroic fighter tradition in the face of growing technological and managerial pressures."

controle emocional da frustração, dada a crescente complexidade das missões militares na era moderna. Isto é, Janowitz (1997) corrobora que os militares precisarão desenvolver habilidades que ultrapassem as exigências técnico-operacionais, tais como a capacidade de comunicação, a competência em gestão de recursos humanos e o pensamento estratégico abrangente.

No que concerne aos requisitos intelectuais, o teórico avalia que, com o contínuo avanço tecnológico, os militares deverão possuir uma cultura geral mais ampla e um domínio mais aprofundado sobre áreas específicas, como a inteligência artificial, nanotecnologia e biotecnologia. Destaca-se, desta forma, a importância crescente de uma mentalidade capaz de se adaptar constantemente às transformações tecnológicas, políticas e sociais globais.

Em virtude disso, a importância do controle emocional, para o autor, será fundamental para a formação e seleção dos novos militares. Várias estratégias para aprimorar a capacidade mental e emocional dos militares são apresentadas, tais como programas de treinamento psicológico e a criação de técnicas para promover o bem-estar emocional e a resiliência mental.

Há um pouco no currículo para preparar o oficial para as realidades de participar da gestão dos assuntos político-militares. Embora as abordagens do estudo de caso e do jogo de guerra dêem ao oficial uma compreensão direta e uma “sensação” da logística e do aparato organizacional que deve ser “deslocado” para as operações militares, não há triagem equivalente para as dimensões políticas das relações internacionais. (JANOWITZ, 1997, p. 428, tradução nossa¹⁰)

Destarte, aponta-se que a teoria de relações civis-militares de Morris Janowitz destaca a importância da institucionalização do militar como um elemento fundamental para a manutenção da estabilidade política em uma sociedade democrática e para o estabelecimento de relações civis-militares saudáveis.

A institucionalização do militar refere-se ao processo pelo qual as FA são profissionalizadas e reconhecidas como uma instituição estatal autônoma, subordinada ao governo civil e responsável pela segurança nacional. Isso implica o estabelecimento de sistemas de treinamento, promoção e regulamentação das atividades militares, bem como no

¹⁰ No original: “There is a little in the curriculum to prepare the officer for the realities of participating in the management of politico-military affairs. While the case study and war game approaches give the officer a direct understanding and “feel” for the logistics and organizational apparatus that must be “moved” for military operations, there is no equivalent training for the political dimensions of international relations”.

reconhecimento da importância da educação militar, da disciplina e da hierarquia na organização e funcionamento das FA.

Compreende-se, ainda, que o militarismo e a falta de controle civil podem levar a governos autoritários e repressivos. Portanto, a sociedade precisa encontrar um equilíbrio entre a necessidade de defender a nação e a proteção dos direitos civis e liberdades individuais.

Disto isto, depreende-se que os teóricos Samuel Huntington e Morris Janowitz enfatizam a importância da profissionalização do exército como uma forma de garantir a subordinação dos militares às instituições civis. Eles defendem a ideia de que a formação e o treinamento profissional dos soldados criam uma maior cultura profissional, garantindo o compromisso com as instituições civis e democráticas. Dessa forma, a lealdade seria direcionada à nação e às suas instituições democráticas.

Contudo, ao enfatizar excessivamente a função integradora das Forças Armadas, negligenciar variáveis contextuais importantes, ter uma previsibilidade questionável e uma visão otimista do papel militar, as teorias de Huntington e Janowitz tornam limitadas sua aplicabilidade e contribuição para a compreensão das relações entre militarismo e sociedade. Ademais, as teorias não levam em consideração o contexto regional e histórico específico de um país. A seguir, será realizada uma breve exposição das limitações teóricas dos autores apresentados, a fim de contribuir para análise de aderência entre as teorias e a realidade do contexto da era Vargas.

2.3 AS LIMITAÇÕES DAS TEORIAS

Autores destacam que as teorias de Huntington e Janowitz são úteis para compreender as relações entre militares e civis, em uma perspectiva institucionalista e estratégica. No entanto, há limitações em sua aplicação à realidade brasileira. Em particular, ressalta-se que as teorias foram desenvolvidas em um contexto específico, não sendo necessariamente aplicáveis a outros contextos.

Huntington (2003) é acusado de negligenciar a relação entre as Forças Armadas e as desigualdades sociais, políticas e econômicas. Muitos autores contestam que, em vez de serem instrumentos de defesa da democracia, as FA, muitas vezes, serviram como forças de repressão contra movimentos populares e revolucionários. Uma segunda crítica diz respeito a sua defesa da profissionalização das FA e sua falta de crítica à indústria militar.

Outra crítica importante é a natureza conservadora da teoria de Huntington. Feaver (1999) percebe que ele enfatiza demais a necessidade de uma separação clara entre civis e militares, não levando em consideração as nuances e interconexões que podem existir entre esses dois setores da sociedade. Essa perspectiva conservadora pode levar à perpetuação de desigualdades de poder e a um distanciamento entre militares e sociedade civil.

Feaver (1999) destaca a falta de consideração de variáveis contextuais importantes. Segundo ele, Huntington negligencia a influência de fatores políticos, econômicos e sociais na dinâmica das relações internacionais. Ao não levar em conta esses elementos, sua teoria se torna limitada e incapaz de explicar a complexidade dos conflitos e colaborações entre as civilizações.

Neste sentido, percebe-se que, ao simplificar em excesso a complexidade das interações internacionais, negligenciar variáveis contextuais importantes, ter uma previsibilidade questionável e ignorar as similaridades entre as civilizações, a teoria de Huntington reduz suas contribuições teóricas e práticas para a compreensão das dinâmicas globais. Portanto, é fundamental levar em consideração essas críticas e limitações ao analisar a teoria de Huntington e suas implicações nas relações internacionais contemporâneas.

No que tange à teoria de Janowitz (1997), Feaver (1999) argumenta que a institucionalização pode levar a uma separação excessiva entre militares e governo civil, enfraquecendo a capacidade dos militares de responder rapidamente a ameaças internas e

externas. Ainda, Janowitz é criticado por suprimir a diversidade dentro das FA, principalmente na questão da diversidade étnica.

Feaver (1999) critica a visão otimista de Janowitz em relação ao papel das FA na sociedade, uma vez que ela enfatiza a importância das FA como agências estabilizadoras e integradoras, subestimando as possíveis implicações do poder militar sobre a dinâmica democrática da sociedade.

Dentre os pesquisadores das relações civis-militares brasileiros, Stepan (1975) inova ao apresentar os padrões de relação civil-militar existentes como modelos que representam as melhores condições e controle civil sobre os militares. Na verdade, poder-se-ia afirmar que o autor inova ao pensar a aplicabilidade dos modelos eurocêntricos e estadunidenses à realidade latino-americana.

O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo, e à transferência do poder político para grupos alternativos civis. A aceitação desse papel pelos militares está condicionada à sua aceitação de legitimidade e de praticabilidade das formas políticas parlamentares, bem como à constatação, por parte destes militares, de que possuem, em comparação com os civis, uma capacidade relativamente reduzida de governar." (STEPAN, 1975, p. 50)

Ramalho (2011) critica a concepção de Huntington de que a intervenção militar na política é inevitável em algumas circunstâncias. Para o pesquisador, essa visão ignora as várias formas em que os militares podem contribuir para a democracia sem precisar intervir na política. Ele argumenta que a ideia de Huntington de que os militares têm um papel fundamental como "guardiões da ordem e da estabilidade" é perigosa, pois o papel dos militares deve ser limitado a defesa da nação e da Constituição.

Destarte como Stepan, Ramalho (2011) enfatiza a importância de se compreender as raízes históricas e sociológicas das relações civis-militares no Brasil. Em vez de enfatizar um papel especial para os militares na política, o referido autor argumenta que é necessário promover uma cultura democrática e fortalecer as instituições republicanas para garantir a estabilidade política e a resolução pacífica de conflitos.

A seguir, serão abordados os aspectos principais das relações civis-militares da Era Vargas, de 1930 e 1945.

3. A ERA VARGAS DE 1930 A 1945

A Era Vargas compreende o período em que Getúlio Vargas governou o Brasil e, segundo a historiografia brasileira pesquisada nesse estudo, ele é dividido em três fases, a saber: Governo Provisório (1930-1934), Constitucionalismo Autoritário (1934-1937) e Estado Novo¹¹ (1937-1945).

Define-se defesa nacional como um conjunto de políticas, estratégias e ações realizadas para proteger e garantir a soberania do país, preservando sua integridade territorial e a segurança da população. Isso envolve diversas áreas, como a defesa militar, segurança pública, inteligência nacional e desenvolvimento tecnológico e industrial de defesa.

Deste modo, durante a era Vargas, os projetos abordados sobre defesa nacional foram a modernização das FA, a criação do Ministério da Aeronáutica, a implementação da legislação de defesa nacional a partir da criação dos Conselhos de defesa, e o esforço de guerra dedicado à participação do Brasil na IIGM

A seguir, abordaremos as relações civis-militares ao longo dos períodos e o projeto de defesa nacional iniciado por Vargas.

3.1 AS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES

As eleições presidenciais de 1930 foram disputadas entre Júlio Prestes, candidato das elites paulistas e apoiado pelo então presidente Washington Luís, e Getúlio Vargas, candidato apoiado por uma frente política liderada pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Lira Neto (2012) relembra que o resultado oficial das eleições apontou Júlio Prestes como vencedor, mas foi contestado pelo partido político chamado Aliança Liberal.

Em resposta, a Aliança Liberal lançou uma campanha de mobilização popular e de desobediência civil, que culminou na Revolução de 1930, considerada um golpe. Inicia-se, assim, a Era Vargas, de 1930 a 1945, marcada por profundas instabilidades políticas, econômicas, civis e militares, que culminou na controversa participação do Brasil na IIGM.

¹¹ Decisivo para a instauração do Estado Novo, o discurso de Vargas divulgado nas rádios em 10 de novembro de 1937 foi chamado de "Manifesto à Nação", legitimando, assim, a instalação da segunda ditadura civil no país, com uma série de medidas que restringiram direitos e liberdades individuais.

Na fase inicial, de 1930 a 1934, a relação entre civis e militares foi relativamente pacífica. O presidente tinha o apoio das Forças Armadas para implementar suas políticas de modernização e industrialização do país. Em 1934, Getúlio Vargas promoveu uma reforma política que resultou na criação de uma nova Constituição. Essa reforma político-institucional limitou o poder dos militares em relação aos civis e fortaleceu o Executivo.

Na continuidade, de 1934 a 1937, a relação em torno de civis e militares foi tensa. Os conflitos políticos envolvendo as elites civis e militares aumentaram, e as ameaças de golpe militar eram constantes. Em 1937, Getúlio Vargas decretou o Estado Novo, um golpe de estado que suspendeu as garantias constitucionais e restringiu a liberdade política. Durante os anos do Estado Novo, a relação de civis e militares foi marcada pelo autoritarismo e pela repressão. Em 1939, foi criado Departamento de Imprensa e Propaganda¹² (DIP), que controlava a imprensa e a produção cultural no país. Em 1941, a defesa nacional foi posta em evidência por ocasião da participação do Brasil na IIGM.

3.1.1 Instabilidades políticas e econômicas

Os conflitos durante a Era Vargas foram motivados por diferentes fatores, como a busca por maior representatividade política, disputa pelo poder e correntes políticas antagônicas. Fausto (2019) destaca que, no período de 1930 até 1945, havia diversas correntes políticas em circulação não só no Brasil, mas também no mundo. No conjunto das principais correntes, destacam-se as análises sobre o nacionalismo, o comunismo, o fascismo e o liberalismo. O autor ressalta que o nacionalismo ganhou força com a ascensão de Vargas ao poder, ocasionando uma maior preocupação em defender a soberania nacional e em promover o desenvolvimento econômico e social do país.

Na administração pública, Fausto (2019) observa que após a posse de Vargas em 1930, foram nomeados interventores militares para governar as províncias brasileiras.

Quanto à política externa, destaca-se que o Brasil assinou acordos comerciais com a Alemanha e os Estados Unidos da América, visando ao desenvolvimento da indústria de base no país. Esses acordos foram vistos de maneira divergente pela elite civil e pelos militares. O

¹² Criado por meio do Decreto-Lei n.º 1.915, emitido em 27 de dezembro de 1939 e extinto pelo Decreto-Lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945, marcando, assim, a queda do Estado Novo.

Acordo de Exclusividade Comercial Logística, assinado entre Brasil e Estados Unidos, foi um instrumento fundamental para garantir o fornecimento de matéria-prima estratégica e suprimentos necessários ao esforço de guerra. O Brasil se comprometeu a fornecer esses itens exclusivamente aos Estados Unidos, garantindo um suprimento regular e prioritário para as tropas aliadas. O Acordo de Washington, assinado em 1942, previa a concessão de um empréstimo¹³ para a construção de uma usina siderúrgica no Brasil.

O objetivo desses acordos, segundo Dulles (2014), era fortalecer a indústria de base do país, reduzindo a dependência do mercado externo e fomentando o desenvolvimento do setor industrial. Já o Acordo Cultural e de Cooperação Comercial com a Alemanha, assinado em 1935, previa a importação de tecnologia alemã para a indústria brasileira, além de incentivos fiscais e preferências aduaneiras para empresas alemãs que investissem e exportassem produtos para o Brasil.

Bresser Pereira (2003) argumenta que a política de "crescer para dentro" foi uma resposta à crise econômica mundial da década de 1930, que afetou fortemente as exportações brasileiras. O autor defende que esse modelo econômico se caracterizou por um controle do Estado sobre a economia, por meio da criação de empresas estatais e políticas de incentivo à industrialização. O autor destaca que a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a substituição das importações foram medidas importantes para a consolidação da política de "crescer para dentro".

Com a entrada do Brasil na IIGM, ao lado dos Aliados, a aproximação com a Alemanha se tornou inviável. A tentativa de estabelecer alianças comerciais com a Alemanha Nazista acabou se tornando um fator de risco para a segurança nacional do Brasil. Isso ficou evidente quando submarinos alemães começaram a atacar navios brasileiros no Atlântico, durante a Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA, 2019).

Por outro lado, acredita-se que a elite civil brasileira via nos acordos comerciais com os Estados Unidos uma forma de modernizar a economia brasileira, que estava fortemente baseada na exportação de produtos agrícolas. O Brasil estabeleceu um acordo de exclusividade comercial logística com os Estados Unidos, que teve impactos significativos no esforço de guerra.

¹³ O governo dos Estados Unidos foi responsável por investimentos significativos na indústria de defesa, por meio de programas como o Lend-Lease, que fornecia materiais de guerra para os países envolvidos no conflito.

Em suma, a chegada de Vargas ao poder em 1930 levou a uma ruptura com o sistema político anterior, que era dominado por oligarquias rurais que se revezavam no poder. Por conseguinte, destaca-se que, durante o período de 1930 a 1945, o Brasil passou por diversas instabilidades políticas e econômicas, civis e militares, estas, apresentadas a seguir.

3.1.2 Instabilidades civis e militares

A relação entre os militares e as elites civis não era homogênea, havendo setores militares e políticos que compartilhavam interesses e visões semelhantes aos das elites civis. Além disso, os militares também tinham interesses divergentes entre si, o que resultou em conflitos e disputas internas.

Como a promoção de generais era atribuição do presidente da República, este tinha nas mãos um poderoso instrumento para punir ou premiar oficiais superiores. A promoção não significava prêmio do mérito, era recompensada pela lealdade política. A disputa pelo posto fazia-se então em torno da busca de apadrinhamento. (CARVALHO, 2019, p. 100)

Lira Neto (2012) argumenta que, em 1932, um grupo de paulistas iniciou uma revolta armada contra o governo de Vargas. Embora a revolta tenha sido rapidamente suprimida, ela demonstrou a insatisfação de algumas regiões do país com o governo central. Assim, a chamada “Revolução Constitucionalista de 1932” revelou a insatisfação das elites paulistas com o centralismo prestado pelo Estado; e a crise ampliou-se.

Fausto (2019) relembra que, com as novas regras constitucionais, ter-se-ia o primeiro presidente eleito por membros da Assembleia Constituinte, de forma indireta, que acabou elegendo o próprio Getúlio Vargas, com governo eleito até 1938.

Entretanto, após a promulgação da Constituição de 1934, Vargas concentrou poder com iniciativas autoritárias. O autor relata que, em novembro de 1935, um grupo de militantes comunistas liderou uma rebelião contra o governo de Vargas, que foi prontamente controlada pelas Forças Armadas. O episódio conhecido como Intentona Comunista representou, mais uma vez, um momento de tensão, confronto e perseguição para civis e militares. Segundo Fausto (2019), a resposta do regime Vargas foi dura e intensa: milhares de pessoas foram presas, torturadas e executadas.

Em setembro de 1937, antes de iniciar as eleições, houve um anúncio de que os comunistas iriam tomar o poder a partir de um plano de rebelião comunista, o Plano Cohen. De acordo com Reis (2000), "o falso plano Cohen¹⁴ – que denunciava uma conspiração comunista internacional para derrubar o Estado brasileiro – serviu de pretexto para o aumento da repressão contra o PCB e seus simpatizantes, especialmente após 1937, com o Estado Novo" (REIS, 2000, p. 19). Neste sentido, o plano Cohen foi um exemplo de como a desinformação pode ser usada como ferramenta política.

Como bem destaca Schawrcz (2015), durante os anos de 1937 e 1945, a ditadura civil, conhecida como Estado Novo, era legitimada pelo monopólio e uso rotineiro da força, por isso o DIP, visto como um “superministério”, realizava também a censura moral, religiosa e política.

Além das oposições civis e militares, havia, segundo Carvalho (2019), a oposição entre os oficiais subalternos, os sargentos e as antigas elites militares. Os tenentes eram militares jovens e com formação intelectual que se revoltaram contra a República Velha, período marcado pela corrupção, pelo coronelismo e pelo domínio das oligarquias políticas. Eles reivindicavam uma renovação na política nacional, com a participação mais ativa das classes médias e a modernização do Estado.

Finalmente, um fato pouco conhecido: um exame cuidadoso dos levantes nas várias unidades mostra com clareza o papel muito importante dos sargentos em todos eles. O papel dos oficiais subalternos tem sido excessivamente exagerado, como parte da mitologia criada em torno do tenentismo. Tanto no Sul como no Nordeste, os tenentes pouco teriam conseguido sem o apoio dos sargentos, os verdadeiros detentores do controle da tropa. (CARVALHO, 2019, p. 97)

Percebe-se, neste sentido, que as instabilidades políticas, econômicas, civis e militares podem interferir de diversas formas no projeto de defesa nacional. As instabilidades econômicas levam a cortes nos investimentos em defesa e redução de recursos disponíveis para modernização das Forças Armadas. Já as instabilidades políticas podem criar desconfiança entre os diferentes setores do governo, incluindo o militar, dificultando a implementação de políticas de defesa nacional.

¹⁴ O nome "Plano Cohen" foi atribuído a um texto supostamente encontrado pela polícia política em um jornal comunista de São Paulo, que descrevia um suposto plano para a derrubada do governo. No entanto, a autenticidade do documento nunca foi comprovada, e muitos historiadores consideram que ele tenha sido forjado com o objetivo de criar uma justificativa para a repressão.

Entretanto, em tempos de instabilidade, é possível que recursos destinados à defesa nacional sejam desviados para a resolução de outras crises, comprometendo a prontidão e capacidade de resposta das FA e, ainda, essas instabilidades podem levar a intervenções militares, que podem alterar dramaticamente a política de defesa nacional do país, uma vez esta necessita do apoio não apenas de militares e civis, como de empresas e do esforço da sociedade como um todo.

3.2 PROJETO DE DEFESA NACIONAL NA ERA VARGAS

A construção de uma política de defesa nacional na Era Vargas teve avanços e desafios. Por outro lado, a tentativa de controle da opinião pública e as alianças comerciais com a Alemanha Nazista fracassaram e geraram impactos negativos na política de defesa nacional brasileira.

De acordo com Mendonça (2014), a defesa nacional tornou-se uma questão prioritária e impulsionou uma série de reformas no setor, tais como a criação do Ministério da Guerra, em 1938, o Ministério da Aeronáutica, em 1941, e a reestruturação das FA para torná-las mais modernas e eficazes. Além disso, foram criados centros de treinamento e de pesquisa para a formação de profissionais capacitados para atuarem na defesa nacional, como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que se tornou uma referência em termos de tecnologia e inovação no setor aeronáutico, permitindo ao Brasil desenvolver capacidades em aeronaves e sistemas de defesa.

3.2.1 Formação e Profissionalização do Militar

A profissionalização das Forças Armadas é um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma defesa nacional eficiente e sólida. Isso envolve não apenas o conhecimento técnico específico das armas, mas também a capacidade de compreender e lidar com os desafios estratégicos e táticos que envolvem a segurança e a soberania do país, com desenvolvimento de habilidades como liderança, gestão de crises, planejamento estratégico, tomada de decisões e cooperação interagências.

Fausto (2019) apresenta que, em 1935, foi criada a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), que tinha como objetivo formar oficiais para exercer funções nos escalões mais elevados do Exército.

Com a Constituição de 1934, D'Araújo (1999) ressalta que Vargas procurou modernizar a formação militar, tornando-a mais técnica e profissional. Em 1949, foi criada a Escola de Guerra com o objetivo de formar os oficiais para assumirem funções de planejamento e coordenação estratégica. Além disso, o autor acrescenta que foram criadas escolas de formação de oficiais em diversas regiões do país, em uma política de descentralização da formação militar.

Antes disso, houve, em 1941, a profissionalização das praças, com a criação das escolas de formação de sargentos. Assim, podemos observar que essas mudanças foram importantes para a modernização e profissionalização das FA brasileiras, e tiveram um impacto significativo no projeto de defesa nacional.

Souza (1990) ressalta que a formação profissional dos militares foi influenciada por uma série de ideologias, dentre elas o positivismo, o nacionalismo e o militarismo. O positivismo defendia a importância da ordem e da disciplina, características essenciais para a formação militar. O nacionalismo, por sua vez, enfatizava a importância da defesa e da soberania do país, algo fundamental para a função das FA. Já o militarismo defendia a superioridade delas sobre a sociedade civil.

O autor destaca que, durante a Era Vargas, houve uma grande mudança na forma como os militares eram formados. Antes desse período, a formação dos militares era pautada principalmente pela tradição e pela cultura. No entanto, com a chegada de Vargas ao poder, houve uma maior preocupação com a formação técnica e intelectual dos militares.

Lira Neto (2012) destaca que, quando Vargas instaurou o Estado Novo, em 1937, Góes Monteiro tornou-se Ministro da Guerra e desempenhou um papel decisivo na consolidação do regime autoritário no país. Ele foi o responsável pela criação do "Estado-Maior das Forças Armadas", órgão que integrava as três forças militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) e que centralizava o comando das forças militares brasileiras.

Neste contexto, de 1930 a 1945, houve um forte investimento na formação e profissionalização militar como parte do projeto de defesa nacional implementado pelo governo. Foram criadas escolas de formação militar, como a Escola de Estado-Maior, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Assim, observa-se que o processo de formação e aprofundamento profissional do Exército Brasileiro, da Marinha e da Aeronáutica foram importantes para a capacidade de defesa do país.

3.2.2 Ministérios da Guerra e da Defesa e Conselhos de Segurança

Um dos primeiros passos do governo Vargas foi a remodelação do Ministério da Guerra em 1934, com o objetivo de centralizar e fortalecer o controle político e militar sobre as forças armadas. As propostas desse ministério visavam, em geral, à manutenção do poder do Estado e da ordem social, por meio do fortalecimento das forças militares brasileiras.

Mendonça (2014) ressalta que o Ministério da Guerra, criado em 1808, em Portugal, e transferido para o Brasil em 1822, foi responsável pela organização, treinamento e comando do Exército Brasileiro. Durante o período de 1930 a 1937, o autor corrobora que esse ministério esteve sob o comando dos generais responsáveis pelo movimento insurgente que levou Vargas ao poder.

Em 1938, Getúlio Vargas promulgou uma nova Constituição e criou o Ministério da Defesa Nacional, que passou a englobar as três FA, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Segundo Mendonça (2014), a criação do Ministério da Defesa Nacional significou uma reformulação na organização e no comando das forças militares brasileiras, consolidando uma hierarquia unificada nas três FA.

Além das FA, a expressão militar da defesa nacional necessita da mobilização industrial. Neste sentido, no tocante às empresas mais importantes e rentáveis do período, o autor destaca a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), fundada em 1941, que se tornou a maior produtora de ferro e aço do país. Outras empresas, como a Companhia Vale do Rio Doce, também tiveram grande importância no período, uma vez que a exploração de minérios era essencial para a produção de armamentos.

Entretanto, Xavier (2008) aponta que, apesar dos investimentos realizados na indústria nacional, não houve um esforço significativo para desenvolver uma indústria de defesa nacional forte. De acordo com o autor, o governo de Vargas priorizou investimentos em setores como energia, transportes e indústria de base, deixando a indústria de defesa em segundo plano. Além disso, o autor observa que o país ainda dependia da importação de

equipamentos militares de outros países, o que contribuiu para limitar o desenvolvimento da indústria de defesa nacional.

Segundo Prestes (2011), com o objetivo de debater e aprimorar as políticas de defesa nacional brasileira, destacam-se o Conselho de Defesa Nacional (CDN) e o Conselho de Segurança Nacional (CSN). O CDN foi criado durante o governo do presidente Washington Luís, em 1927, como uma recomendação da “Missão Francesa¹⁵”, mas só viria a ser estruturado pelo próprio Vargas, através do decreto n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934. A Constituição de 1934 alterou o nome do Conselho de Defesa Nacional para Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN).

Quanto aos representantes mais notáveis do CSSN, Prestes (2011) cita o general Góes Monteiro, que foi um dos principais idealizadores do órgão, e o diplomata Oswaldo Aranha, que atuou como presidente do Conselho durante a IIGM. O autor destaca a análise de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores desde março de 1938, que defendia a tese de que o Brasil deveria manter estrita neutralidade no conflito.

Segundo Couto e Silva (1955), o CDN se tornou um importante fórum de discussão sobre a segurança e a defesa nacional, reunindo representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de membros das FA e da sociedade civil. O autor destaca que o CDN teve papel crucial no aprimoramento da doutrina brasileira de segurança e defesa, contribuindo para a criação de um arcabouço jurídico institucional que garantisse a integridade do território e a proteção da soberania nacional.

Consequente, infere-se que, durante a era Vargas, houve uma grande preocupação com a defesa nacional, principalmente com a aproximação da IIGM. Para implementar esse projeto, o governo criou o Ministério da Guerra e o Ministério da Marinha, que eram os principais responsáveis pela gestão das forças armadas brasileiras. Posteriormente, em 1946, foi criado o Ministério da Aeronáutica, que se encarregava da gestão da aviação militar.

Em suma, pode-se argumentar que os ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica e os conselhos de segurança e defesa foram peças fundamentais do projeto de defesa nacional da era Vargas. Eles desempenharam um papel importante na modernização das forças armadas e na elaboração de estratégias de segurança e defesa nacional em perigosos momentos políticos e militares, como foi a IIGM.

¹⁵ Foi uma comissão de especialistas enviada ao Brasil com o objetivo de modernizar e reorganizar o país.

3.3 PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Entre 21 e 30 de julho de 1940, durante a 2ª Reunião de Chancelaria que ocorreu em Havana, Cuba, foi realizada a assinatura do Tratado de Proteção Mútua, entre o Brasil e os EUA. Tal evento foi seguido de um acordo logístico de exclusividade de comércio de matérias primas como minério de ferro, aço, lã e borracha, entre os dois países, o que põe em xeque a neutralidade do Brasil diante da Guerra, alterando assim a sequência de eventos que materializam a participação do Brasil na IIGM, conforme resumido no Apêndice.

Em 22 de março de 1941, o vapor Taubaté foi atingido por uma rajada de metralhadora de um avião da Luftwaffe, a Marinha Alemã, no Mediterrâneo Oriental, próximo ao Egito, causando a morte de um marinheiro.

Em 15 de agosto de 1942, o navio brasileiro Baependi foi afundado pelo submarino alemão U-507, na costa nordeste do Brasil, próximo ao estado de Sergipe. O Baependi era um navio da Marinha Mercante, transportando látex e outros produtos da região da Amazônia para os Estados Unidos. O ataque resultou em sérias baixas, com a perda de mais de 270 vidas entre tripulantes e passageiros brasileiros, incluindo mulheres e crianças.

A repercussão do afundamento do Baependi chocou o público brasileiro, que exigiu uma ação enérgica contra os agressores. Em 22 de agosto de 1942, Vargas, através de seu ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, declarou guerra à Alemanha e à Itália, países do Eixo. A partir desse momento, a Marinha do Brasil passou a patrulhar as rotas marítimas ao longo da costa brasileira, em um esforço para proteger os navios mercantes e garantir o abastecimento das tropas aliadas.

Por outro lado, a participação do Brasil, como aliado dos Estados Unidos, gerou controvérsias. Setores da elite civil brasileira não apoiavam a entrada do Brasil na guerra e questionavam os motivos que levaram o país a se aliar aos norte-americanos. Ainda, apresentou um impacto significativo na política de defesa nacional do país, especialmente nas áreas de treinamento, equipamento e modernização das Forças Armadas.

Na continuação, a partir da historiografia brasileira, será apresentada uma breve análise da participação das Forças Armadas na IIGM, as operações militares que as forças participaram e principais problemas enfrentados.

3.3.1 A atuação das Forças Armadas

Desde o início do século XX, a modernização das FA foi um processo complexo, que envolveu não apenas a melhoria da capacidade operacional e tecnológica, mas também a sua conexão com o regime de governo vigente. Tanto a Marinha quanto o Exército passaram por amplas transformações, impulsionadas pelo contexto político da época. Esta modernização esteve intimamente ligada ao apoio político ao regime de governo em vigor, o que teve implicações significativas na sua estrutura, operacionalidade e sustentação.

Os ataques de submarinos alemães aos mercantes brasileiros representaram um desafio significativo para o Brasil durante a IIGM. O governo de Getúlio Vargas reagiu prontamente, adotando medidas como o aumento da patrulha naval, o estabelecimento de acordos militares com os Estados Unidos e a escolta de navios mercantes. Essas ações colaboraram para reduzir os ataques e garantir a segurança das operações marítimas brasileiras.

A Marinha do Brasil teve um papel fundamental na IIGM, participando de operações no Atlântico Sul e no Mediterrâneo. A Marinha mobilizou um grande contingente de navios e tripulações, participando de importantes operações na costa atlântica da África e do Brasil. Segundo Ferraz (2018), a Marinha brasileira contribuiu com a escolta de comboios de navios mercantes, foi responsável pela proteção de costas africanas e brasileiras, realizou operações de transporte para a Itália, além de ter participado da Patrulha do Atlântico Sul e da Operação Torch¹⁶, na Argélia.

De acordo com Santos (2010), "a participação do Brasil na Operação Torch foi fundamental para o fortalecimento da cooperação militar dos Aliados e para consolidar a atuação do país na Segunda Guerra Mundial" (SANTOS, 2010, p. 98). O Brasil, que havia entrado na guerra em agosto de 1942, enviou uma flotilha de navios para a França Livre, liderada pelo cruzador Bahia e pelo navio escolta Araguari. A missão desses navios era proteger os comboios de suprimentos e reforços que chegavam à África durante a Operação Torch.

O autor acrescenta que a Marinha do Brasil contribuiu com a escolta de *convoys* de navios mercantes, realizando patrulhas nos mares do Atlântico Sul e no Mediterrâneo, além

¹⁶ Operação Torch ou Tocha foi uma importante operação militar realizada pelos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de invadir a África do Norte ocupada pelos nazistas e abrir uma nova frente de combate contra o Eixo. Essa operação foi realizada entre novembro de 1942 e maio de 1943 e envolveu tropas de diferentes países, incluindo a participação da Marinha brasileira.

de atuar em operações de desembarque e assaltos a navios inimigos. A participação da Marinha do Brasil foi fundamental para garantir a segurança dos navios aliados e para enfraquecer a presença naval do Eixo. Neste sentido, a participação da Marinha brasileira na guerra exigiu que o país modernizasse e expandisse sua frota naval, o que teve um grande impacto na política nacional de defesa.

O Exército brasileiro também mobilizou muitos soldados, formando a Força Expedicionária Brasileira (FEB), com cerca de 25 mil soldados, que lutou na Itália contra as forças do Eixo. Segundo Carvalho (2019), a FEB foi a maior força de combate já enviada pelo Brasil ao exterior e desempenhou um papel importante na campanha italiana. Para Ferraz (2018), a FEB foi uma força ofensiva para a conquista de Monte Castelo e a tomada de Monte Belvedere, vista, segundo o autor, como “um representante notável das forças brasileiras, que lutaram em várias frentes e se destacaram pela sua valentia e coragem”.

A Força Aérea Brasileira (FAB) participou da guerra com esquadrões de aviões de combate e tripulações de apoio. Maximiano (2002) argumenta que a FAB teve um desempenho que ultrapassou as expectativas, especialmente no transporte de suprimentos e na missão de escolta, protegendo os aviões aliados contra os ataques inimigos, além de realizar missões de reconhecimento e bombardeio em várias frentes, envolvendo já na fase final do conflito vários esquadrões. A participação da FAB na IIGM foi notável, mostrando sua capacidade de luta em um conflito de escala global.

Urge destacar que a análise da relação entre modernização de uma força militar e a posição política vigente é fundamental para compreendermos tanto a evolução das FA como o cenário político mais amplo durante o período estudado. Apesar das bravuras dos combatentes, muitas dificuldades foram enfrentadas.

A seguir, apresentaremos as controversas análises no que tange a participação brasileira na IIGM, fruto de uma nova interpretação dos fatos e do contexto histórico.

3.3.2 A controversa participação brasileira

Inicialmente, o governo Vargas se manteve neutro em relação ao conflito, mas os ataques a navios brasileiros pelos submarinos alemães levaram o Brasil a declarar guerra às Potências do Eixo, em agosto de 1942. Primeiro, os soldados brasileiros enfrentaram duras condições de combate, incluindo frio e fome, mesmo sendo consideradas tropas de segunda linha. Além disso, muitos soldados morreram em combate, e houve relatos de desorganização e falta de preparação da liderança militar brasileira.

Maximiano (2002) destaca que, apesar das conquistas na guerra, problemas significativos foram enfrentados pelas Forças Armadas brasileiras, como a escassez de suprimentos, falta de equipamentos adequados e a adaptação ao ambiente hostil da guerra. Estes problemas moldaram a política nacional de defesa, levando à modernização e expansão das forças armadas brasileiras após a guerra.

O Brasil não estava totalmente preparado para o conflito e teve que passar por um processo de treinamento acelerado para se adequar às demandas da guerra. Além da falta de equipamentos modernos e o treinamento em bases militares precárias, a adaptação ao ambiente de guerra na Europa também foi um desafio para os soldados brasileiros. Neto (2021) destaca que foi necessária a centralização de esforços da Aviação Naval da Marinha e Aviação Militar do Exército. Isso culminou na criação da Força Aérea em 20 de janeiro de 1941, porém com equipamentos de diversos tipos de aviões, o que dificultava o adestramento para os pilotos.

Outro desafio enfrentado foi o de obter o reconhecimento e a confiança dos Aliados. Conforme relembra Neto (2021), inicialmente, o Brasil foi encarado com ceticismo pelos países aliados, devido à falta de experiência militar e à neutralidade adotada pelo governo brasileiro durante a maior parte do conflito.

O autor destaca que a Marinha possuía muitas carências, já que a frota recebida em 1910 se encontrava sem a adequada manutenção de equipamentos, o que deixava os meios navais obsoletos. Somado a isso, ele ressalta que a reclamação principal ainda era presente nos navios e traz à luz que “os marinheiros queriam deixar de ser chicoteados como punição por delitos variados”, ressaltando que as estruturas de classes da sociedade se refletiam diretamente na tripulação dos navios. Neto (2021) destaca que a Marinha, assim como o restante do mundo, não se antecipou sobre a ameaça submarina.

Quando ficaram prontos em 1910, os couraçados Minas Geraes e São Paulo eram os mais poderosos navios no planeta. Potências europeias como França e Rússia não tinham nada equivalente. Já em agosto de 1942, não havia nenhum navio na Marinha capaz de detectar um submarino submerso. Os oficiais brasileiros só conheceram o sonar depois de fazer cursos específicos nos Estados Unidos. (NETO, 2021, p. 64)

Sobre a Marinha, o autor enfatiza que a Força só recebeu os navios novos de escolta, necessários para enfrentar submarinos, a partir de agosto de 1944, sendo que os dois últimos, de um total de oito, só foram entregues em maio de 1945, quando a guerra já estava encerrada na Europa.

Por outro lado, autores como Carvalho (2019) e Silva (1974) indicam que a participação das Forças Armadas Brasileiras na guerra foi um marco histórico. A Marinha, o Exército e a Força Aérea contribuíram de maneira substancial para o esforço de guerra dos Aliados, envolvendo uma grande quantidade de contingentes, apesar dos problemas enfrentados.

Silva (1974) posiciona o país como um jogador significativo no conflito. O autor apresenta que tanto os aspectos políticos e militares, quanto as mudanças sociais e econômicas ocorridas durante esse período foram cruciais. O autor ressalta a importância estratégica do território brasileiro para as operações aliadas, tanto pela sua localização geográfica como pela sua relevância econômica.

Ao longo da obra, Silva (1974) ilustra como o governo brasileiro mobilizou esforços para apoiar a causa aliada, não somente no envio de tropas para lutar na Europa, como também na produção de recursos militares e no estabelecimento de bases militares no território nacional.

Por sua vez, Alves (2002) apresenta que as obras dedicadas à história brasileira na IIGM, geralmente, são “de teor apologético, no qual a participação do país no conflito se apresenta como uma espécie de ‘mito fundador’ da nação”. O autor enfatiza a explicação econômica e as pressões externas como determinantes da entrada do Brasil no conflito, deixando de lado questões políticas e ideológicas que contribuíram para a decisão.

Ferraz (2018) mostra as diferentes opiniões e sentimentos que estavam em jogo na sociedade brasileira, que estava dividida sobre a participação do país no conflito. Sua

abordagem inovadora apresenta a percepção dos civis brasileiros sobre a guerra a partir de fontes variadas, como cartas, diários e jornais¹⁷.

Conforme exposto, observa-se que, durante a participação do Brasil na IIGM, as FA do país desempenharam um papel importante na luta ao lado dos países Aliados. Vale destacar que a participação das FA foi limitada em termos de recursos e treinamento, o que acabou afetando sua eficácia em combate. Assim, a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Campanha da Itália foi marcada por desafios logísticos e problemas de infraestrutura, o que gerou críticas e questionamentos sobre a eficácia da participação brasileira na guerra.

Urge destacar que uma parcela significativa da população era contrária ao envolvimento do Brasil na guerra, pois considerava que o país deveria se concentrar em questões internas, como o desenvolvimento econômico e a superação das desigualdades sociais. Essa perspectiva foi alimentada pelas dificuldades econômicas e sociais que o Brasil enfrentava na época.

Durante o governo Vargas, as prioridades de investimento em defesa estavam voltadas principalmente para a modernização e fortalecimento do Exército. Porém, apesar dos esforços para aumentar a capacidade bélica do país, o treinamento e a preparação dos soldados brasileiros ainda estavam aquém do ideal.

A falta de preparo pode ser atribuída, em parte, à relação entre o regime ditatorial do governo Vargas e as FA. Essa relação de poder concentrado pode ter desencorajado debates críticos e a implementação de programas de treinamento mais rigorosos e eficientes, sem contar com a insatisfação dos soldados relacionada a salários baixos e más condições de trabalho, gerando desmotivação nas tropas e prejudicado seu desempenho durante a guerra.

Neste sentido, a relação assimétrica entre civis e militares na era Vargas afetou diretamente o projeto de defesa nacional do Brasil. As decisões sobre investimentos em equipamentos, tecnologia e treinamento passaram a ser tomadas com base em critérios políticos, e não exclusivamente em necessidades operacionais ou de segurança nacional.

Acredita-se, então, que a participação do Brasil é bastante controversa, tanto em relação ao seu impacto na guerra em si, quanto às consequências para o Brasil. A seguir, serão apresentados os pontos de aderência das teorias e as relações civis-militares na Era Vargas.

¹⁷ Schulze (2017) argumenta que, entre os jornais mais influentes e favoráveis à entrada do Brasil na guerra, havia O Globo e O Estado de São Paulo, com campanhas a favor da participação brasileira no conflito, acreditando que o país poderia contribuir para a vitória dos Aliados e ganhar prestígio internacional. Por outro lado, havia jornais como o Correio da Manhã e o Diário Carioca, que eram contrários à participação na guerra.

4 RELAÇÃO CIVIL-MILITAR DA ERA VARGAS À LUZ DAS TEORIAS

Huntington (2003) discute a importância do controle civil sobre as FA, defendendo a existência de dois tipos de controle civil: o objetivo e o subjetivo. Já Janowitz (1997) propõe que os "intelectuais militares", referidos como os oficiais que recebem treinamento acadêmico e buscam compreender as complexidades da política e da sociedade, podem ajudar a garantir o equilíbrio entre as relações civis-militares e contribuir para o desenvolvimento das políticas nacionais e internacionais.

Analisaremos a seguir as teorias sobre as relações civis-militares e sua aderência com as relações da Era Vargas, bem como seu impacto na construção de um projeto de defesa nacional, sobretudo em virtude da eclosão da IIGM.

4.1 ADERÊNCIA ÀS TEORIAS DE HUNTINGTON

Segundo Huntington (2003), as relações civis-militares são baseadas em três pilares: a legitimidade do poder civil, a profissionalização do aparato militar e a subordinação dos militares ao poder civil. De acordo com essa teoria, as relações civis-militares têm como objetivo conciliar o papel profissional dos militares com a sua subordinação aos valores e objetivos da sociedade civil.

A teoria de Huntington (2003) parte da premissa de que uma relação saudável entre esses dois grupos é importante para a manutenção da estabilidade política. Ele argumenta que os militares devem ser subordinados ao controle civil, respeitando a autoridade política, as instituições governamentais e a legalidade constitucional. No entanto, o teórico também destaca que é fundamental que os civis reconheçam a importância e peculiaridades das FA, como uma instituição profissionalizada e com objetivos específicos de defesa nacional.

Entretanto, a presença dos militares na política não se baseava somente em sua expertise técnica, mas também na sua capacidade de impor ordem e estabilidade ao país. Neste sentido, a presença de militares no poder e a participação política deles em momentos decisivos da história do país apontam para uma realidade que foge do ideal da subordinação

estrita das FA aos valores e objetivos da sociedade civil. Sendo assim, a militarização da política poderia levar a um enfraquecimento da democracia e do Estado de Direito.

Antes de Vargas, a formação dos oficiais era predominantemente baseada na tradição e no prestígio social, com grande ênfase na formação acadêmica. A Escola Militar da Praia Vermelha, criada em 1810, era considerada como o centro de formação dos oficiais de elite, e exigia um alto nível de instrução escolar para a admissão.

A ênfase na expertise e no treinamento técnico, que buscam garantir a profissionalização nas carreiras militares, foi presente na era Vargas e materializada com a Escola de Guerra e a Escola de Aviação Militar, instituições criadas com o objetivo de formar militares mais preparados para o exercício de cargos de comando no futuro.

Ademais, a relação entre as elites civis e militares na era Vargas foi marcada por conflitos e disputas em torno do controle do Estado e da definição da estratégia de desenvolvimento do país. Embora as elites civis detivessem maior poder político e econômico, os militares foram uma força significativa na condução do país.

Desta forma, observa-se que a teoria das relações civis-militares de Huntington não teve aplicação integral durante a era Vargas. A ausência de um controle civil efetivo sobre as FA, a interferência militar em assuntos administrativos e a forte repressão política sobre os civis foram aspectos que refletem um momento de desequilíbrio nas relações civis-militares e que, conseqüentemente, não cumpriram os pressupostos da teoria de Samuel Huntington.

4.2 ADERÊNCIA ÀS TEORIAS DE JANOWITZ

A teoria de institucionalização de Morris Janowitz (1997) se concentra na análise das interações entre instituições civis e militares, considerando a importância de estabelecer relações saudáveis e equilibradas entre elas para a estabilidade política e a governança democrática. Nesse sentido, é possível fazer uma análise das relações civis-militares durante a era Vargas, período em que o Brasil passou por profundas mudanças políticas.

Durante o Estado Novo, que durou de 1937 até 1945, o governo de Getúlio Vargas centralizou o poder político, controlando as instituições civis e militares, em um regime autoritário. Nesse sentido, a centralização do poder nas mãos de Vargas enfraqueceu as instituições civis, limitando a sua influência sobre as instituições militares, em uma relação de desigualdade.

Janowitz (1997) argumenta que, para garantir a viabilização democrática, as instituições civis precisam ter um grau de influência sobre as instituições militares, que devem ser atuantes na esfera pública, mas não podem ser políticas em seus objetivos. Entretanto, no Estado Novo, o papel das Forças Armadas era político, sendo a sua função principal a manutenção do regime autoritário de Vargas.

Dessa forma, é possível concluir que as relações civis-militares durante a era Vargas estavam distantes dos ideais democráticos propostos por Janowitz, que advoga por uma relação cooperativa e de prevenção de excessos de ambas as partes. No Estado Novo, as instituições militares favoreceram um regime autoritário, sem espaço para o surgimento de uma sociedade civil forte e atuante que promovesse o equilíbrio institucional.

Para o teórico, a institucionalização é um processo pelo qual as instituições políticas e sociais se tornam mais claras, definidas e estruturadas, o que resulta em maior estabilidade e previsibilidade nas relações entre elas. A partir dessa perspectiva, é possível analisar as mudanças institucionais que ocorreram na Era Vargas e identificar suas implicações para as relações civis-militares.

Uma das principais mudanças institucionais que ocorreu na Era Vargas foi a criação de um sistema político em que o Estado desempenhava um papel central na organização da sociedade, consolidado a partir da Constituição de 1934.

Durante o governo Vargas, houve uma busca por modernização e profissionalização das Forças Armadas, visando aprimorar sua capacidade de defesa e reduzir a politização

interna. Vargas buscou desenvolver instituições militares mais consolidadas, aumentando a disciplina e a hierarquia das Forças Armadas. Esses esforços de profissionalização podem ser compreendidos à luz dos conceitos de estrutura institucional e organizacional de Janowitz.

Outra contribuição da teoria de Janowitz para compreender as relações civis-militares na era Vargas é a análise das influências sociais e políticas sobre as Forças Armadas. Durante esse período, a própria sociedade brasileira passava por mudanças significativas, com uma crescente urbanização e industrialização. Esses fatores tiveram impacto nas Forças Armadas, influenciando sua composição social e seu relacionamento com a sociedade civil.

No entanto, é importante destacar que a teoria de Janowitz tem como base principal o estudo de casos nos Estados Unidos e em outras democracias ocidentais. A aplicação de seus conceitos ao contexto brasileiro da era Vargas requer uma adaptação cuidadosa e uma consideração das peculiaridades da história brasileira. A centralização do poder por parte de Vargas e a influência política que ele exerceu sobre as Forças Armadas podem desafiar algumas das premissas da teoria de Janowitz.

Assim, é preciso levar em conta essas particularidades históricas e culturais para compreender a dinâmica das relações civis-militares no Brasil. Isso significa que é preciso considerar, por exemplo, a longa tradição militar do país e o papel que as FA desempenharam ao longo da história na vida política do Brasil.

Portanto, a análise da teoria de Janowitz sobre as relações civis-militares na Era Vargas tem aderência insuficiente, em virtude do momento de transição em que o país passou, com profundas mudanças institucionais, que acabaram afetando as relações entre civis e militares.

4.3 RELAÇÃO DAS TEORIAS COM A DEFESA NACIONAL DA ERA VARGAS

O estudo sobre as teorias de relações civis-militares é de extrema importância para entender as dinâmicas nos sistemas políticos e militares das nações, bem como para o desenvolvimento de projetos de defesa nacional. Ambos os teóricos citados neste estudo ressaltam a necessidade de criar uma cultura profissional dentro das FA, que permita a formação de valores e crenças que estejam alinhados com sua missão constitucional de defender o Estado.

Na era Vargas, percebemos uma relação complexa entre civis e militares, onde o governo exercia um controle político cada vez maior, utilizando as FA como ferramenta para consolidar seu poder e promover suas políticas. Vargas buscava modernizar o Estado brasileiro e centralizar o poder, e sua relação com os militares tinha um caráter ambíguo, combinando aproximação e distanciamento conforme suas conveniências políticas.

Nesse contexto, a relação entre civis e militares foi marcada por uma alternância entre momentos de cooperação e de tensionamento. O governo Vargas se beneficiou da lealdade dos militares em momentos de crise, como na Revolução Constitucionalista de 1932 e na Intentona Comunista de 1935.

Esse tensionamento entre civis e militares indica que, apesar do apoio e participação militar no governo, a relação nem sempre foi harmoniosa, e a teoria de Huntington permite compreender as dinâmicas desses momentos de tensão. Huntington argumenta que a instabilidade política pode ser minimizada por meio de uma atuação competente dos civis no governo, que respeite e valorize os militares sem ceder parte de sua autoridade política.

O historiador Wirth (1970) destaca que, na era Vargas, os militares eram vistos como os principais responsáveis pela proteção da soberania e integridade do país. Porém, esse sentimento era forjado devido a propaganda oficial do Estado Novo, que aludia constantemente à necessidade de proteger a nação de ameaças externas e de manter a integridade do território brasileiro. Assim, o medo e a repressão eram os grandes financiadores do sentimento de lealdade que o governo e os militares impunham à sociedade.

Ademais, os militares brasileiros se dividiram entre diferentes ideologias políticas, influenciados pelo cenário internacional e pelas transformações que ocorriam no país. Os grupos mais radicais, como os integralistas e os Tenentes, que tinham como base o nacionalismo, defendiam uma maior participação do Estado na economia e na política. Já os

militares mais conservadores defendiam um papel mais restrito do Estado e a manutenção das elites tradicionais no poder.

Neste contexto, destacaram-se alguns militares que foram importantes e próximos ao presidente; entre eles estão Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Esses militares foram escolhidos por Vargas para ocuparem cargos importantes no governo, como Ministros da Guerra, da Aeronáutica, entre outros.

Todos compartilhavam a crença de que o Brasil precisava de uma forte liderança militar para se desenvolver e enfrentar seus desafios internos e externos e, para isso, a repressão violenta aos opositores tornou-se uma prática legitimada pela ditadura civil que os militares apoiavam, o que inviabilizava um diálogo para a construção de um projeto de defesa nacional, com as demais expressões da defesa, de forma mais efetiva a longo prazo.

De acordo com Evandro e Pontes (2019), a participação da sociedade civil pode trazer importantes contribuições para a elaboração de um projeto de defesa nacional. Ao definir as prioridades de gastos em defesa e monitorar a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, a sociedade civil contribui para um projeto nacional mais democrático e efetivo. O autor ressalta que a participação do governo civil é importante para coordenar os esforços dos diferentes setores e garantir a integração das políticas de defesa com outras políticas públicas, como a política externa e a política econômica.

Com a criação da Escola de Guerra, Vargas buscou suprir a necessidade de formar oficiais com uma visão estratégica mais ampla, dotados de habilidades e conhecimentos específicos em assuntos relacionados à defesa nacional. A instituição tinha como objetivo central desenvolver estudos e pesquisas em temas relacionados à segurança e à estratégia, além de proporcionar um ambiente propício para o aprendizado e o debate sobre assuntos militares.

Neste sentido, em um cenário instável internamente e forte repressão política, houve um grande freio ao desenvolvimento do projeto de defesa nacional devido às instabilidades econômicas e sociais vividas pela sociedade.

A seguir, serão expostas as considerações finais deste trabalho, sua contribuição para o debate deste tema para a comunidade científica e futuras linhas de investigação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para elucidar as considerações finais deste trabalho, resgatou-se o problema de pesquisa que é: “As relações civis militares da Era Vargas contribuíram para o desenvolvimento de um projeto de defesa nacional, por ocasião da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial?”.

O objetivo principal foi analisar como as teorias de Huntington e Janowitz poderiam auxiliar o entendimento sobre as relações civis-militares da Era Vargas e como estas contribuíram, ou não, para a construção de um projeto de defesa nacional. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, a partir de um desenho de pesquisa que confrontou a teoria das relações civis-militares com o contexto temporal da era Vargas, de 1930 a 1945.

A teoria de Huntington (2003), apresentada no capítulo 2, partiu da premissa de que uma relação saudável entre civis e militares é importante para a manutenção da estabilidade política. Ele argumentou que os militares devem ser subordinados ao controle civil, respeitando a autoridade política, as instituições governamentais e a legalidade constitucional.

A teoria de Janowitz (1997) ressaltou a importância da profissionalização militar para estabelecer uma relação estável e produtiva entre civis e militares. Assim, ao criar uma identidade profissional e estabelecer normas e valores específicos, as FA tornar-se-iam uma instituição apolítica, subordinada ao controle civil e capaz de cumprir suas funções de defesa nacional. O teórico argumenta que a profissionalização dá aos militares competências técnicas e éticas e os distancia de disputas políticas partidárias e interesses corporativistas.

No capítulo seguinte, ao analisar a era Vargas, no contexto temporal de 1930 a 1945, notou-se que a relação entre civis e militares foi marcada por uma alternância entre momentos de cooperação e de tensionamento. Durante seu governo, Getúlio Vargas buscou modernizar e fortalecer o Estado brasileiro, e, nesse processo, se apoiou em diferentes setores, incluindo a aliança com militares. Neste sentido, o governo Vargas se beneficiou da lealdade dos militares em momentos de crise, como na Revolução Constitucionalista de 1932 e na Intentona Comunista de 1935.

Por outro lado, a ascensão de Vargas ao poder em 1930 representou um golpe que desestabilizou a ordem política vigente. Essa ruptura institucional com o sistema oligárquico gerou insatisfação entre parte dos militares, resultando em tentativas de golpe que buscavam impor uma agenda corporativista e centralizadora.

Esse tensionamento entre civis e militares na era Vargas indicou que, apesar do apoio e participação militar no governo, a relação nem sempre foi harmoniosa, e a teoria de Huntington permitiu compreender as dinâmicas desses momentos de tensão. Huntington argumentou que a instabilidade política pode ser minimizada por meio de uma atuação competente dos civis no governo, que respeite e valorize os militares, sem ceder parte de sua autoridade política.

À luz do contexto temporal estudado, a relação entre militares profissionais e civis para a construção de um projeto de defesa nacional para o Brasil foi crucial. A profissionalização das FA, por meio de uma formação adequada, contínua e apolítica, deveria ter se tornado um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma defesa nacional eficiente e sólida. No momento de pôr à prova as habilidades técnicas militares, por ocasião da participação na IIGM, foi demonstrado que o Brasil não estava preparado para o conflito e teve que passar por um processo de treinamento acelerado para se adequar às demandas da guerra.

Destarte, conclui-se que as relações civis-militares da Era Vargas não contribuíram para o desenvolvimento de um projeto de defesa nacional, seja pelas instabilidades políticas e econômicas, governo autoritário, preocupação profissional confundida com questões de política pública, ou até mesmo, ausência de prioridades da sociedade sobre este tema, já que havia um cenário interno de forte repressão e violência aos opositores do governo e da elite militar.

No Brasil da era Vargas, diante do orçamento público escasso e um governo legitimado pela força, as formas de projeção de poder do país e do fomento da indústria bélica nacional precisariam ser inovadas.

No que tange às relações civis-militares, em um governo democrático, a discussão ampla e irrestrita sobre a importância do protagonismo de um projeto de defesa nacional, em toda a sociedade, torna-se imprescindível. Assim, a defesa nacional, a partir da sua expressão militar, poderá ser um debate para linhas de investigação futuras, principalmente diante de novas formas de conflito híbrido e suas formas de combate, capacidade de percepções de ameaças e eventuais prioridades da sociedade civil, diante do orçamento público limitado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. 5ª edição atualizada. São Paulo: Editora 34, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Todavia, 2019.
- COUTO E SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. Biblioteca do Exército, 1955.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DULLES, John W. F. **Vargas of Brazil: A Political Biography** (English Edition). Texas : University of Texas Press, 2014.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª edição. São Paulo: Edusp, 2019.
- FEAVER, Peter. Civil-Military Relations. Annu. Rev. Sci. **Armed Forces & Society**, 1999, pp. 211-236.
- FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. 1ª edição. Londrina: Editora Eduel, 2018.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: teoria e política das relações militares**. Editora Universidade de Brasília, 2003.
- JANOWITZ, Morris. **The Professional Soldier: A Social and Political Portrait**. Free Press, 1997.
- KOHN, Richard. **The United States Military Under the Constitution of the United States, 1789-1989**. New York: New York University Press, 1991.
- LIRA NETO, João Cavalcante. **Getúlio 2 (1930-1945): Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.
- MAXIMIANO, César Campiani. **Aviação na Segunda Guerra Mundial: a participação do Brasil e da FAB**. São Paulo: Annablume, 2002.
- MENDONÇA, Cláudio. A defesa nacional na Era Vargas: contexto e avanços. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 3, setembro-dezembro, p. 709-733, 2014.

MOSKOS, Charles. **The Postmodern Military: Armed Forces After the Cold War**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

NETO, Ricardo Bonalume. **A Nossa Segunda Guerra: Os Brasileiros em Combate, 1942-1945**. 2ª edição. São Paulo. Editora Contexto, 2021

OLIVEIRA, Evandro Rodrigues de; PONTES, Marcos Degaut. **Defesa Nacional: Novas Abordagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

PRESTES, Anita Leocadia. Era Vargas: Autoritarismo e Repressão (1930-1945). **Encontro de Aprofundamento Temático**, realizado no dia 17 de setembro de 2011. Disponível https://www.Memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/2011_Era-Vargas-utoritarismo- e-repressao.pdf. Acesso em 01 Jun. de 2023.

RAMALHO, Antônio Jorge Rocha. Militares e política no Brasil. In: Luciana Acioly; Marcos Antônio Macedo Cintra. (Org.). **Inserção Internacional Brasileira: temas de política externa**. 1ª edição. Brasília: IPEA, 2011.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SANTOS, V. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial: participação militar e diplomática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

SCHAWRCZ, Lilia Moritz e Starling, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHULZE, Frederico. O Golpe de 1964 na imprensa: Uma análise do jornal O Globo. **Dissertação de mestrado**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Hélio. **1944: O Brasil na Guerra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1974.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. São Paulo: Editora paz e Terra, 2009.

SOUZA, José Correia de. **A Era Vargas, dos anos 20 a 30**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

WIRTH, John. **The politics of Brazilian development, 1930-1954**. Stanford: Stanford University Press, 1970, p. 93.

XAVIER, Juarez. **Os militares e a política na era Vargas, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

APÊNDICE – Sequência de eventos da participação do Brasil na IIGM

1SET1939 – A Alemanha invade a Polônia, deflagrando, assim, a IIGM.

14JUN1940 – Vitória alemã sobre a França, com ocupação de Paris.

21 a 30JUL1940 – 2ª Reunião de Chanceleres Americanos com participação de Osvaldo Aranha, na Conferência de Havana, a fim de garantir cooperação mútua no continente americano.

20JAN1941 – Criado o Ministério da Aeronáutica, a fim de reunir aeronaves militares da Marinha e do Exército, sob o comando do civil Salgado Filho.

22MAR1941 – Atingido por artilharia aérea alemã, o vapor brasileiro Taubaté.

DEZ1941 – Os EUA estabelecem bases militares em Belém, Recife e Natal.

28JAN1942 – Brasil rompe relações comerciais com países do Eixo.

03MAR1942 – Assinados os Acordos de Washington, decisivos para construção da CSN e para garantir exclusividade de matéria prima brasileira para o esforço de guerra dos EUA.

30MAR1942 – Criada a Junta Interamericana de Defesa, que previa fortalecimento da segurança do continente americano contra agressões externas.

22MAI1942 – participação da Aeronáutica com avião B-25 contra submarino italiano.

15 a 17AGO1942 – Cinco navios mercantes brasileiros (Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba e Arará) são atacados por submarinos alemães, causando a morte de 607 brasileiros

22AGO1942 – Manifestações populares pressionam declaração de estado de guerra contra países do Eixo, proferida por Getúlio Vargas

05OUT1942 – Criada a Força Naval no Nordeste, para reorganizar participação da Marinha do Brasil na guerra e manter o controle das linhas de comunicação marítimas.

28JAN1943 – Encontro entre os presidentes Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt, em Natal, RN.

09AGO1943 – Criação da FEB, com convocação de aproximadamente 25.600 recrutas e reservistas brasileiros para lutar ao lado dos países Aliados.

16JUL1944 – Soldados brasileiros chegam à Itália. Estimativa de 454 soldados mortos em combate. Brasil foi o único país da América do Sul a participar da guerra.

08MAI1945 – fim da IIGM, com cessar fogo das tropas aliadas contra os nazistas.

25OUT1945 – fim da ditadura civil de Getúlio Vargas, fim do Estado Novo.